Denize Sepulveda

A partir da década de 90 do século passado a questão cultural tem sido destaque no campo do currículo. Tal destaque possibilitou o crescimento de novos estudos curriculares além daqueles relacionados à questão política e econômica.

Os novos estudos do currículo passaram a perceber que sujeitos diferentes convivem conjuntamente e que essa interação abarca disputas e choques em meio a múltiplas formas de convivência em distintos espaços-tempos. Esses novos estudos proporcionaram a compreensão das políticas curriculares como uma junção de três dimensões que influenciam nas concepções e práticas dos/as professores/as que atuam nas escolas, são elas: Culturas, Políticas e Práticas, e essas influenciam na maneira como as escolas se organizam.

Analisando que as culturas refletem os valores e conhecimentos de todos/as os/as profissionais da escola, e que as políticas são as metas, diretrizes e objetivos a serem traçados para o processo ensino/aprendizagem que se traduzem nas práticas dos/as docentes, se os objetivos presentes nessas dimensões não forem voltadas para uma proposta em que a diferença seja vista e percebida podem influenciar na criação de exclusões escolares. Por isso, os princípios desenvolvidos nos cotidianos das instituições escolares devem orientar as decisões sobre as políticas e as práticas de cada momento, de forma que a aprendizagem de todos seja apoiada através de um processo contínuo de desenvolvimento de todas as escolas, o que proporcionará a tessitura de uma nova cultura curricular institucional.

A exclusão apresenta-se atualmente de uma forma acentuada: percebemo-na sob diversas configurações e variadas condições, nas mais distintas formas: econômica, política, social, cultural, institucional... Por isso, torna-se importante que o campo do currículo leve em conta a

questão da diferença no cotidiano escolar, já que essa pode contribuir para que muitos/as alunos/as passem por situações de exclusão, e pode interferir nas possibilidades de inserção social.

A exclusão escolar é um processo cruel que pode influenciar na formação da identidade. Em geral, o indivíduo excluído sente-se discriminado e estigmatizado, o que acaba por interferir na identificação de si próprio. Na construção da identidade, o eu necessita do reconhecimento do outro para se formar inteiramente. Se o reconhecimento do outro passa por um processo de discriminação e estigmatização, a formação da identidade poderá ser prejudicada levando o sujeito a se sentir humilhado e desumanizado.

Não posso afirmar que os sentimentos de humilhação e desumanização se desenvolvem em todos os/as alunos/as excluídos/as. Porém, de certa maneira, influencia nas diversas formas de participação e legitimação social e individual que esses sujeitos vivenciam, já que interfere na formação da auto-referência (Santos, 2006). Assim, o campo do currículo não pode se furtar de levar em conta pesquisas e trabalhos que versem sobre as temáticas da diferença e da tessitura da identidade dos/as alunos/as que sofrem situações de exclusões no cotidiano de algumas escolas, tentando pensar em alternativas emancipatórias que possibilitem e proporcionem o desenvolvimento de uma boa auto-referência de todos/as os/as seus/as alunos/as.

. . . . . .

√ *Denize Sepulveda: Doutoranda do PROPED/UERJ. Mestre em Educação UFF, especialista em Educação Infantil PUC-Rio.*

Referências bibliográficas (ou textuais):

• *SANTOS, Boaventura de Sousa. A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.*